

## AMAPÁ: ENTRE DESENVOLVIMENTO E CONSERVACIONISMO

*AMAPÁ: BETWEEN DEVELOPMENT AND CONSERVATIONISM*

*AMAPÁ: ENTRE DESARROLLO Y CONSERVACIONISMO*

**José Reinaldo Alves Picanço<sup>1</sup>**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN*

---

<sup>1</sup> Professor da Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias/Escola Agrícola de Jundiá da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Macaíba – RN. Doutor em Ciências Sociais. E-mail: [jreinaldo\\_picanco@hotmail.com](mailto:jreinaldo_picanco@hotmail.com)

### **Resumo**

O Amapá tem sua história intimamente ligada à criação de áreas protegidas, somando em torno de 70% de sua superfície em regime especial de uso, que impõe critérios de sustentabilidade. Esse processo tem fomentado calorosas discussões na sociedade amapaense, acerca das oportunidades e limitações que esses territórios têm para viabilizar desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população local. Neste artigo, faz-se uma abordagem do processo de criação das áreas protegidas em território amapaense, a partir da análise das políticas de desenvolvimento definidas para a Amazônia adotadas pela União e pela administração estadual, bem como da atuação das organizações não governamentais ambientalistas, buscando compreender a repercussão na configuração espacial e na economia do Estado.

**Palavras-chave:** Amapá, desenvolvimento da Amazônia, áreas protegidas.

### **Abstract**

Amapá has its history closely linked to the creation of protected areas, accounting for around 70% of its surface under a special regime of use, which imposes sustainability criteria. This process has fostered warm discussions in the amapaense society about the opportunities and limitations that these territories have to make development feasible and improve the living conditions of the local population. In this article, the process of creation of protected areas in the Amapá region is analyzed, based on the analysis of the development policies defined for the Amazon adopted by the Union and the state administration, as well as the activities of non-governmental environmental organizations, seeking understand the repercussion on the spatial configuration and economy of the State.

**Keywords:** Amapá, Amazonian development, protected areas.

### **Resumen**

Amapá tiene su historia íntimamente ligada a la creación de áreas protegidas, sumando alrededor del 70% de su superficie en régimen especial de uso, que impone criterios de sustentabilidad. Este proceso ha fomentado calurosas discusiones en la sociedad amapaense, acerca de las oportunidades y limitaciones que esos territorios tienen para viabilizar desarrollo y mejorar las condiciones de vida de la población local. En este artículo, se hace un abordaje del proceso de creación de las áreas protegidas en territorio amapaense, a partir del análisis de las políticas de desarrollo definidas para la Amazonia adoptadas por la Unión y la administración estadual, así como de la actuación de las organizaciones no gubernamentales ambientalistas, buscando comprender la repercusión en la configuración espacial y en la economía del Estado.

**Palabras claves:** Amapá, desarrollo de la Amazonia, áreas protegidas

## 1. Introdução

O Amapá é um dos estados mais novos do país. Sua criação, enquanto unidade federada, ocorreu em 1943 como Território Federal através de desmembramento do estado do Pará. Na promulgação da Constituição de 1988, foi transformado em Estado e passou a ter autonomia administrativa e financeira.

Desde os primórdios de sua história, o território amapaense vem sendo destinado a criação de áreas protegidas de diferentes modalidades, somando em torno de 70% de sua superfície nesse regime especial de uso, que impõe critérios de sustentabilidade. Esse processo tem fomentado calorosas discussões na sociedade amapaense, acerca das oportunidades e limitações que as áreas protegidas tem para viabilizar desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população local.

No presente trabalho, faz-se uma abordagem do processo de criação das áreas protegidas em território amapaense, a partir das políticas de desenvolvimento regional definidas para a Amazônia adotadas pela União e pela administração estadual.

## 2. Gênese da ocupação espacial

As reminiscências históricas sobre a ocupação da porção setentrional do Brasil datam do século XVI. Os primeiros registros sobre a presença de europeus no extremo norte brasileiro são do espanhol Vicente Pinzón, sendo as terras disputadas por holandeses, ingleses, franceses e portugueses.

A ocupação portuguesa inicia em 1637 com a concessão da Capitania do Cabo Norte ao português Bento Maciel Parente, governador do Maranhão e Grão-Pará. A estratégia de ocupação adotada incluía a construção de fortes, a penetração de religiosos para a fixação dos índios nas missões e a colonização (SARNEY e COSTA, 1999). É com essa perspectiva que foi construída a Fortaleza de São José (1764 a 1782), que viria dar origem a Macapá, capital do Amapá.

Essas estratégias objetivavam garantir o controle territorial pelos portugueses contra as incursões de ingleses e holandeses na região. No entanto, a dominação lusitana passou a ser questionada pelos franceses, que penetraram a partir das Guianas e reivindicaram a posse desse espaço. As disputas pela região foram parcialmente resolvidas em 1713, pelo Tratado de Utrecht, quando os limites entre Brasil e Guiana Francesa foram estabelecidos.

Apesar do acordo, um Contestado sobre qual o local exato que estabelecia a fronteira duraria por quase duzentos anos. A descoberta de ouro ao final do século XVIII em Oiapoque, Caciporé e Araguari, acirrou a disputa dando origem a um fato histórico singular: com apoio francês, foi declarada a criação da República do Cunani (République Du Counani), que chegou ter bandeiras, leis, selos e moeda, mas a reação portuguesa sufoca a independência dessa república. O Contestado só foi resolvido em 1901, quando a Comissão de Arbitragem de Genebra reconhece o direito do Brasil sobre a região, que passa a fazer parte do Estado do Pará.

O processo de formação histórico-social do Amapá, como de toda a Amazônia é marcado por diferentes ciclos, com seus fluxos e refluxos, em que a característica mais comum é a contradição entre a riqueza de sua natureza e a pobreza do povo (DRUMMOND, 2002). A apropriação da terra e dos recursos foi forjada à custa da expropriação das populações locais e pelo uso da violência, que tem sido uma constante nessa terra de fronteira.

O ciclo da borracha (1890 a 1920) foi responsável por importante período de dinamismo econômico da Amazônia, baseado no extrativismo do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Nessa fase ocorreu o primeiro grande fluxo migratório para a região, principalmente de nordestinos oriundos do sertão, atraídos para trabalhar nos seringais. Esse processo foi estruturado através do sistema de aviamento que garantiu o controle da produção pelos seringalistas, sustentando uma elite local marcada pelo luxo na vida em Manaus e Belém. No entanto, a expansão dos cultivos da *Hevea spp* na Ásia, fez cair o preço do látex natural nos mercados internacionais e a economia regional entrou em crise e se desarticulou. Na 2ª Grande Guerra Mundial, a produção da borracha é incentivada e nova leva de migrantes foram atraídos aos seringais como parte do esforço de guerra dos aliados. Com o fim da Guerra a economia regional retorna aos padrões tradicionais de isolamento e estagnação.

### **3. As políticas de desenvolvimento regional**

No Brasil do pós-Guerra e com a promulgação da Constituição de 1946, são estabelecidos critérios que visavam à inserção da Amazônia na agenda de desenvolvimento nacional. Com o objetivo de planejar e executar políticas públicas de desenvolvimento regional, foi constituído um arcabouço institucional para criar instrumentos capazes de dinamizar a economia. Em todos os casos, a base da política de desenvolvimento diferenciada apoiou-se no sistema de incentivos fiscais, a custo de renúncia total ou parcial do imposto de renda, para subsidiar os investimentos privados.

Os grandes desníveis de desenvolvimento entre as diferentes regiões do país, ficaram ainda mais evidentes com a divulgação das Contas Regionais do Brasil, no início dos anos 1950 (CANO, 1998). Houve um relativo consenso entre os estudiosos do assunto, de que as intervenções das políticas públicas seriam necessárias para diminuir os efeitos das disparidades inter-regionais, sendo necessário um novo arcabouço institucional.

É nesse contexto que, em 1953, no segundo Governo Vargas, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA e instituída a Amazônia Legal. A SPVEA foi responsável pela elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDA, em 1955. O PDA priorizou, basicamente, a realização de grandes obras de infraestrutura pública, com destaque para a construção da rodovia Belém-Brasília.

Esse processo estrutura as bases para o período modernizador da história do desenvolvimento amazônico que chega ao auge a partir de 1964, quando os governos militares assumiram o poder. A partir de então, as políticas de Estado promoveram a redefinição estrutural do espaço regional moldado pelas estratégias de modernização. Sob a égide do Estado promotor do desenvolvimento, este modelo tomou formas específicas na Amazônia, em decorrência da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional.

Para viabilizar o desenvolvimento econômico regional, os militares estabeleceram estratégias para romper com o modelo institucional estabelecido, com objetivo de mudar o estigma de região problema para uma fronteira modernizada de recursos naturais, de modo a reafirmar a soberania nacional e acelerar o crescimento econômico do país.

Nessa perspectiva, era fundamental a ocupação do “vazio” amazônico, recorrendo-se a políticas que articulassem interesses econômicos de forte cunho monopolista e dependente (IANNI, 1986), sob o controle do grande capital. Foi nesse período que proliferaram os grandes projetos agroindustriais e minerais, bem como a expansão da pecuária e da extração madeireira.

A abertura da Transamazônica e de outras rodovias formadoras de eixos rodoviários estruturantes incentivou a transferência de “homens sem terra para terras sem homens” (MARTINS, 1991). Nesse sentido, a região experimentou uma nova onda migratória, agora formada de grandes massas de sulistas (gaúchos, catarinenses e paranaenses) que se deslocaram para várias áreas da Amazônia, e se tornaram os precursores do formato de agronegócio implantado na região.

Para viabilizar tais políticas, o Governo Federal organizou a “Operação Amazônia”<sup>2</sup>, em 1966, criando a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Banco da Amazônia – BASA. O quadro institucional foi completado em 1967, com a criação da Zona Franca de Manaus, da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e a regulamentação dos incentivos fiscais.

Aliado a esse arcabouço institucional, segundo Becker (1998) e Gonçalves (2001), o Estado lançou mão de três estratégias principais com o objetivo de aumentar o controle social e espacial: (i) implantação de redes de integração espacial (rede rodoviária, rede de telecomunicações, rede urbana, rede hidrelétrica); (ii) superposição de territórios federais sobre os estaduais (criação dos Territórios Federais, instituição da Amazônia Legal, instituição de uma faixa de 100 km das estradas federais que passam a pertencer à União, criação do Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas – GEBAM e Grupo Executivo de Terras do Araguaia–Tocantins – GETAT) e, (iii) subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios (mecanismos creditícios e fiscais, além de incentivo à migração para criar mão-de-obra de reserva).

Entre as ações de desenvolvimento implantadas, merecem destaque o Programa de Integração Nacional – PIN (1974) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais – POLAMAZÔNIA (1975-87). O primeiro mobilizou recursos para infraestrutura de integração viária e o segundo visou aproveitar os potenciais agropecuários, agrominerais, florestais e minerais definidos como polos de desenvolvimento a partir dos estudos do Projeto RADAMBRASIL.

Estruturou-se um modelo de desenvolvimento regional em que o Estado exerceu o papel de indutor e/ou promotor do crescimento econômico, promovendo a industrialização concentrada em alguns poucos “polos” ou “ilhas” de dinamismo e induzindo a desestruturação/reestruturação espacial, que desencadearam profundas alterações nas dinâmicas econômica, social e ambiental da região.

A Amazônia passou por grandes mudanças estruturais, estando na base deste processo uma maior conectividade e articulação com outros espaços regionais. A abertura de vias de acesso (Belém-Brasília, Transamazônica, Acre-Brasília, entre outras) favoreceu o florescimento de cidades e a implantação de assentamentos rurais, madeireiras, fazendas e

<sup>2</sup> Viabilizada com o lançamento da Lei Nº 5.173 de 27.10.1966, extinguiu-se a SPVEA e o Banco de Crédito da Borracha, criado em 1942, como esforço de guerra para garantir suprimento de látex para os aliados na Segunda Guerra. No lugar da primeira foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); em substituição ao segundo, criou-se o Banco da Amazônia (BASA).

grandes empreendimentos minero-metalúrgicos, bem como facilitou o fluxo migratório e a mobilidade dos trabalhadores.

Entre as mudanças mais significativas que transformaram a configuração do espaço regional, destacam-se a urbanização e a industrialização. A primeira reflete as ações introduzidas pelo Estado brasileiro com o propósito de “ocupar” a Amazônia, que pode ser medido, em parte, pelo rápido ritmo de crescimento populacional desta região, decorrente de intensos fluxos migratórios oriundos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Desde a década de cinquenta do século passado, a região teve significativo aumento na participação da população nacional, passando de 3,9% para 8,64%, fazendo a população saltar de 3,6 milhões de habitantes para quase 18 milhões (IBGE, Estimativa 2017). O impacto imediato do intenso aumento populacional da região expressou-se em uma rápida urbanização regional, fazendo a taxa de urbanização saltar de 31,5% em 1950 para 73,5% em 2010.

A urbanização da Amazônia inclui o crescimento de antigas cidades e o surgimento de novas, com a crescente influência dos valores urbanos sobre os rurais, conformando especificidades de uma floresta urbanizada (BECKER, 2003). Uma característica marcante dessa urbanização, não é determinada unicamente pela dinâmica econômica, tampouco pela industrialização e nem mesmo pela agropecuária, à exceção, talvez, de Manaus, do Estado de Rondônia, sul do Pará e Tocantins. Uma das razões principais desse crescimento foi determinada pela proliferação da criação de municípios e distritos, instituindo-se uma urbanização artificializada para atender interesses político-eleitorais das elites locais.

Nesse cenário, proliferaram espaços “urbanos” que generalizaram núcleos de favelização com graves problemas sociais e ambientais a serem resolvidos. Alguns desses núcleos populacionais surgiram como efeito direto da implantação de enclaves agroindustriais e/ou minerais (FILOCREÃO, 2002; PICANÇO, 2005), e no entorno das *company towns* desses empreendimentos. É o caso do Projeto Jari, que ocupa terras do Pará e sul do Amapá.

Outra mudança marcante foi em relação aos resultados econômicos da estratégia de desenvolvimento regional, evidenciado pelo ritmo de crescimento da economia amazônica, com expansão da industrialização da região, notadamente nas décadas de setenta e oitenta. O destaque é a produção de eletroeletrônicos na Zona Franca de Manaus e da industrialização paraense, que se assentou na indústria minero-metalúrgica, principalmente de Carajás.

Buarque, Lopes e Rosa (1995) destacam que um dos efeitos da mudança da estrutura produtiva da economia da Amazônia, pode ser observado através do aumento da produção de manufaturados e semimanufaturados. Observa-se também maior participação regional nas exportações brasileiras, passando de 2,6% em 1975 para 5,77% em 1990. Na década de 1990,

as Contas Regionais do IBGE (1999) mostraram que a economia regional cresceu 55%, sendo o melhor desempenho do País. Segundo dados do IBGE (2015), a participação da economia da região no PIB Nacional é de 5,5%.

Apesar de todo o esforço empreendido, e em que pesem os resultados econômicos decorrentes do modelo adotado pelo Estado Brasileiro, a repercussão do desempenho econômico contrastou com o agravamento das condições ambientais e sociais da região. O papel do Estado era de intervencionismo no espaço, ao mesmo tempo homogeneizando-o e fragmentando-o, de modo a fazer frente às novas necessidades impostas pelo tipo de capitalismo dependente (IANNI, 1986), e atuando como mediador dos interesses que levaram a região à integração nacional.

O fim dos governos militares converge com a consolidação da questão ambiental na agenda internacional, e mudanças importantes foram introduzidas nas políticas públicas visando conciliar desenvolvimento e proteção do meio ambiente. Com isso, a Amazônia se inseriu no curso de uma transição de área de fronteira para espaço privilegiado do desenvolvimento sustentável, sobretudo, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

Para Becker (1997), essa nova estratégia para a Amazônia não é apenas uma dimensão global do capital, mas resulta da ação de múltiplos atores, em que as organizações da sociedade civil e as experiências alternativas de cunho ambientalista, influenciaram na mudança de rumo da política governamental. Noutra perspectiva, a inserção atual da Amazônia na economia-mundo também converge com diferentes interesses, na forma de um espaço de apropriação facilitada dos recursos naturais “*in natura*”, pela ameaça do narcotráfico, da biopirataria e pela manutenção dos estoques de biodiversidade na forma de áreas protegidas.

De maneira marcante, diferentes representações da sociedade civil, nacionais e estrangeiras, inclusive agências supranacionais, têm influenciado fortemente as políticas governamentais para a Amazônia. De um lado, proliferam projetos e experiências que buscam incluir as comunidades para viabilizar o desenvolvimento sustentável. De outro, emergem tensões territoriais em torno de áreas requeridas para a conservação da natureza e a luta pela terra pelas populações tradicionais locais.

#### **4. Nuances do conservacionismo na Amazônia: proteção da biodiversidade e conflitos territoriais**

No Brasil pós Rio-92, fortemente influenciado pelas políticas ambientais globais, as repercussões da devastação das florestas e sua rica biodiversidade, foram determinantes para a inserção do país no paradigma emergente. Foi então atribuído um novo papel à Amazônia, o de ‘espaço privilegiado para a proteção da natureza’.

Com base nos compromissos assumidos na assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO). Esse programa, juntamente com instituições de pesquisa e organizações ambientalistas nacionais e internacionais, realizou vários estudos e eventos para planejar e definir os espaços prioritários para a expansão das áreas protegidas no país.

As áreas prioritárias para os interesses de conservação na Amazônia foram sacramentadas nos workshops promovidos pelo PRONABIO e seus parceiros. O Workshop de Áreas Prioritárias para Conservação da Amazônia, ocorrido em 1990 em Manaus, foi um marco no esforço para estabelecer prioridades de conservação para a região.

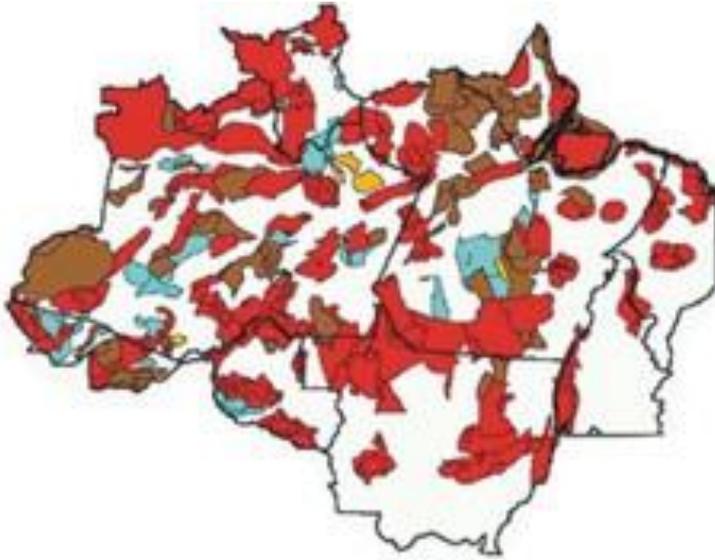
Com o sucesso daquela iniciativa, outros workshops foram realizados, dos quais se destacaram dois: o primeiro, Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal, realizado em Brasília, em 1998; o segundo, Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira, em Macapá-Amapá, em 1999. Ambos contribuíram decisivamente para a estratégia da ação conservacionista/preservacionista da região, com indicação de espaços passíveis de serem transformados em áreas protegidas (Figura 01).

A ação das grandes organizações não governamentais (ong's) ambientalistas internacionais foi decisiva nesse processo, apoiando financeira e metodologicamente. Publicações oficiais de algumas dessas instituições se auto intitulam como responsáveis pela criação de Unidades de Conservação em território nacional. É notória a disputa pela liderança desse movimento.

A Figura 01 pode ser considerada como uma síntese da estratégia das organizações ambientalistas (nacionais e internacionais) e seus colaboradores, com a anuência e contribuição do Estado. Esse mapeamento inicial orientou a criação de Unidades de

Conservação (UC's) na Amazônia Legal, servindo de base para a definição das áreas a serem apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)<sup>3</sup>.

**Figura 1 - Áreas prioritárias para uso sustentável e conservação da biodiversidade na Amazônia legal**



Legenda:

- A - Área de extrema importância
- B - Área de muita importância
- C - Área de alta importância
- D - Áreas insuficientemente conhecidas mas de provável importância

Nota: Figura elaborada durante o workshop 'Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira', realizado em Macapá, em setembro de 1999.

Em grande medida, a ação dessas instituições é facilitada pelo Estado brasileiro, que tem pouco controle sobre a atuação e as reais intencionalidades das mesmas. No geral, as grandes ong's ambientalistas representam interesses supostamente de toda a humanidade e acabam defendendo a criação de grandes áreas, preferencialmente sem população, destinadas à preservação da biodiversidade.

A observação atenta dos fatos mostra que grandes organizações ambientalistas internacionais têm apoiado movimentos sociais que reivindicam seus territórios como unidades de conservação de uso sustentável. Porém, depois da instituição desses territórios,

<sup>3</sup> O Programa Áreas Protegidas na Amazônia – ARPA, é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), gerenciado financeiramente pelo FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF) – por meio do Banco Mundial, do governo da Alemanha – por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), da Rede WWF – por meio do WWF-Brasil, e do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.

boa parte do apoio técnico e financeiro tem sido redirecionados para as unidades de conservação de proteção integral. Isso é evidenciado pelo próprio ARPA, que num primeiro momento destinava-se exclusivamente para a proteção integral, sendo que algumas UCs de uso sustentável foram incluídas após questionamento das representações sociais aliadas dos agroextrativistas.

O ARPA iniciou fase I em 2003, numa parceria entre o MMA, o IBAMA, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KFW (banco de cooperação do governo da Alemanha), a GTZ (Agência de Cooperação Técnica da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e organizações da sociedade civil. Juntos, esses parceiros comprometeram-se a investir em torno de US\$ 400 milhões ao longo de 10 anos na criação, na consolidação e manutenção de 50 milhões de ha de áreas protegidas na Amazônia. Atualmente está na fase 4.

Becker e Miranda (2001) vêm esses processos como uma ameaça aos interesses nacionais, onde diferentes agentes atuam na defesa dos interesses de seus países sede e/ou de seus financiadores. Nessa perspectiva, a estratégia de criação de áreas protegidas é percebida como carregada de inseguranças de ordem política, social e ambiental, representando uma ameaça à autonomia e soberania nacionais, principalmente na Amazônia. Com isso, em boa medida, o Estado brasileiro não mais define os destinos da região sem a ingerência de organismos internacionais, que passam a fazer uma gestão compartilhada desses espaços, sob a justificativa de viabilizar uma governança global da biodiversidade.

Em outra vertente desse processo, o movimento de luta pela reforma agrária na região passou a reivindicar suas terras em forma de áreas protegidas. Explodiram diversos conflitos, através dos quais diferentes atores passaram a disputar a definição de seu território, procurando impor sua territorialidade. A questão da terra se configurou como central no processo de redesenho do uso e ocupação da região.

## **5. Conservação e territórios de resistência na Amazônia**

Populações tradicionais como índios, quilombolas, castanheiros e seringueiros organizaram-se para defender seu modo de vida e conquistar seu território. Em que pesem as diferenciações internas, esses grupos mobilizam-se pela manutenção de seu modo de vida. O caso do movimento dos seringueiros é emblemático e segue esse padrão, visto que ao lutar para manter seu território e estilo de vida, que pressupõe manter a floresta em pé, acabou criando um elemento diferenciador em relação aos demais movimentos sociais da Amazônia

(Allegretti, 2002). Isso acabou sendo determinante no apoio recebido do movimento ambientalista.

A solução encontrada foi inspirada no formato das terras indígenas. Propôs-se que as áreas em conflito fossem transformadas em propriedade da União em forma de Unidades de Conservação (as Reservas Extrativistas), sendo destinadas ao uso sustentável pelas populações tradicionais. Essa estratégia serviu de inspiração para outros segmentos do movimento social em luta pela terra, fazendo com que diferentes grupos também reivindicassem seus territórios na condição de áreas protegidas.

Esse processo caracterizou uma redefinição dos objetivos da reforma agrária e da proteção ambiental na Amazônia, abrindo caminho para compatibilizar duas tradições teóricas que têm estado em conflito: o desenvolvimento social e a proteção ambiental (ALLEGRETTI, 2002). Nessa perspectiva, a luta pela terra associada à defesa da floresta contribuiu decisivamente para a configuração do atual quadro socioambiental regional, caracterizado por um significativo quantitativo de áreas protegidas de uso sustentável. O caso do Amapá é emblemático, pela expressão do conjunto das políticas adotadas na região.

## **6. As políticas de desenvolvimento regional no Amapá**

No Amapá, como nos demais Territórios Federais, criados em 1943, o processo de formação histórica e econômica guardam características específicas, visto que fazem parte de uma série de diretrizes estabelecidas para ocupar áreas de fronteira da Amazônia fracamente povoadas. Essa estratégia permitia a gestão territorial centralizada pela União e viabilizava o desenvolvimento de atividades econômicas sem dar satisfação aos entes federados.

Segundo Porto (2003), as causas da criação dos Territórios Federais devem-se: as questões geopolíticas, para viabilizar a extração mineral, pela proposta da Comissão Nacional de Redivisão Territorial na década de 1930, pela estratégia militar de defesa nacional e por interpretação jurídica (Constitucional).

No Amapá, tratava-se de levantar a potencialidade mineral da área e garantir sua exploração, sobretudo de manganês descoberto em Serra do Navio. O processo foi conduzido pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI) entre 1947 e 1997. Esta fase de desenvolvimento dinamizou a economia local com a instalação de infraestrutura de apoio à mineração, como a construção da hidroelétrica Coaracy Nunes (1ª hidrelétrica da Amazônia, inaugurada em 1976, quase três décadas depois de iniciada), a construção do Porto de Santana

e da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), ligando esse porto à mina para escoamento do minério.

O empreendimento resultou num forte incremento populacional por conta de migrantes atraídos pelas oportunidades de trabalho, o que foi determinante na formação da mais importante concentração urbana local, Macapá e Santana. Na condição de Território Federal do Amapá, a ação e o planejamento estatal viabilizaram a dinamização das atividades econômicas, tendo como parceiro preferencial o Grupo CAEMI - Companhia Auxiliadora de Empresas de Mineração, com empreendimentos importantes em diferentes setores:

**(i) Mineral:** além do manganês, o ouro pela Mineração Novo Astro; de cassiterita, pela Mineração Cassiatam; tantalita, pela Mineradora Vila Nova; caulim, por Caulim da Amazônia S.A – CADAM, e cromita pela Ferro Ligas do Amapá – CFA.

**(ii) Agroindustrial e Silvicultura:** pinus e eucalipto, pela Amapá Celulose - AMCEL; dendê, pela Companhia Dendê e Palma do Amapá – CODEPA e madeira/compensado pela Bruynzeel Madeira S.A – BRUMASA;

**(iii) Industrial:** criação do Distrito Industrial de Santana; peletização do manganês pela Ferro Ligas do Amapá – CFA e Complexo Agromineroindustrial do Projeto Jarí (CADAM e Jarí Celulose – JARCEL e bauxita refratária pela Mineradora Santa Lucrécia - MSL).

Além de apoiar esses setores produtivos, o Estado Nacional procurou organizar a ocupação e o povoamento do território, através da implantação de núcleos de colonização. Grande parte desse processo resultou nas atividades de cultivos de agricultura de subsistência, associada à criação de gado e animais de pequeno porte e da exploração dos bens florestais. Essas iniciativas públicas fundiárias e agrícolas não conseguiram consolidar o desenvolvimento baseado na exploração da terra e dos recursos naturais renováveis.

Com a Constituição de 1988, o então Território muda à condição de Estado da Federação e assume sua autonomia política e econômica. Até então com cinco municípios, a organização político-administrativa vai modificando com a criação gradativa de vários municípios: Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho, em 1987; Cutias, Itaubal, Pedra Branca do Amaparí, Porto Grande, Pracuúba e Serra do Navio, em 1992 e Vitória do Jari, em 1994. Atualmente são 16 municípios com forte concentração urbana (Quadro 01).

Segundo dados do IBGE (2018), entre os Censos de 1940 e 2010, a população amapaense cresceu quinze vezes. O Amapá deixou de ser rural, saindo de 7,06% para 89,77% de taxa de urbanização. No período em foco, agricultura, pecuária e silvicultura, que em 1940 representava 21,56% da população ocupada, declinou para 5,35% em 2010. A administração

pública em 1940 detinha cerca de 0,34% da população ocupada, e em 2017 esse índice era de 9,11%.

### Quadro 01- População do Estado do Amapá por município

Município	ÁREA Km <sup>2</sup>	2017	
		POP.	Densidade Demográfica. Hab/Km <sup>2</sup>
Amapá	9.203,50	8.757	0,88
Calçoene	14.333,00	10.525	0,63
Cutias	2.127,60	5.637	2,22
Ferreira Gomes	5.072,20	7.270	1,15
Itaubal	1.569,80	5.172	2,5
Laranjal do Jari	31.170,30	47.554	1,29
Macapá	6.562,40	474.706	62,14
Mazagão	13.189,60	20.387	1,3
Oiapoque	22.725,70	25.514	0,91
PedraBranca do Amapari	9.537,90	15.125	1,13
Porto Grande	4.421,60	20.611	3,82
Pracuuba	4.979,10	4.779	0,77
Santana	1.599,70	115.471	64,11
Serra do Navio	7.791,30	5.111	0,56
Tartarugalzinho	6.742,00	16.112	1,87
Vitória do Jari	2.428,00	14.991	5,01
AMAPÁ (16)	143.453,71	797.722	4,69

Fonte: IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>), 2017.

Com a autonomia proporcionada pela estadualização, o Amapá passa a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento. Em 1990, houve a primeira eleição geral da história amapaense quando foram eleitos o governador do Estado, deputados estaduais constituintes, deputados federais e senadores. Desde então, foram cinco programas de governo implantados:

(i) De 1991 a 1994 (Plano de Ação Governamental), o governo de Aníbal Barcelos (PFL) foi responsável pela instalação de todo o aparato legal para o funcionamento do Estado, sendo instituídas as infraestruturas dos poderes judiciário e executivo estadual. Instalou-se a Assembleia Legislativa e foi elaborada a Constituição Estadual. Do ponto de vista econômico o período foi marcado pela criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, que trouxe grande dinamismo ao setor comercial local.

(ii) De 1995 a 2002 (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA), os dois mandatos de governo de João Alberto Capiberibe (PSB) foram fortemente influenciados pelos desdobramentos da Rio 92, e tinham na sustentabilidade sua matriz de desenvolvimento: preocupação com as questões ambientais; inclusão dos movimentos sociais na proposição e gestão de projetos;

fomento aos produtos potenciais regionais no mercado interno e externo; retomada do planejamento e ação estatal; incentivo à pesquisa, com apoio de agências internacionais; estudos para o Zoneamento Ecológico Econômico do Sul do Amapá e gerenciamento costeiro; normatização da legislação ambiental; criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Destaca-se a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Irapuru com 8.061,84 Km<sup>2</sup>, ocupando 5,61% da superfície do Estado.

(iii) De 2003 até 2010 (Desenvolvimento com Justiça Social), também por dois períodos, o governo de Antônio Waldez Góes (PDT), assumiu um discurso desenvolvimentista de incentivo aos grandes empreendimentos. Com o aumento da demanda de ferro no mercado internacional, houve uma retomada da atividade de mineração concentrada nos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Destaca-se a implantação da Mineração MMX, para exploração de ferro, usando a mesma infraestrutura de escoamento usada na extração do manganês, gerando conflitos socioambientais como invasão de terras, aumento da prostituição, favelização e impactos ambientais. A implantação de hidrelétricas e a chegada dos primeiros plantadores de soja ao Estado potencializam os problemas socioambientais, sobretudo, a concentração de terras e conflitos fundiários. Destaca-se a criação da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), em 2006, com área total de 2,4 milhões de ha, a partir do processo de negociação da transferência das terras da União para o Estado do Amapá, que estaria condicionada à destinação desse território para atividades de desenvolvimento econômico, social e sustentável do Estado. Daí porque optou-se pelo aproveitamento florestal para ordenamento do setor madeireiro. O Decreto Presidencial nº 6.291/2007, viria a confirmar essa premissa.

(iv) De 2011 a 2014 (Tempo novo, tempo de todos), na gestão do governador Camilo Capiberibe priorizou-se o investimento público em infraestrutura produtiva e social, com empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiar estradas, escolas e rede de saúde. Com um perfil desenvolvimentista, o governo estadual investiu na implementação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, nos produtos da sociobiodiversidade e na atração de investimentos. O período foi fortemente influenciado por empreendimentos de geração de energia elétrica, no comércio com a implantação de shoppings, bem como a intensificação da atividade do agronegócio. No conjunto, essas ações repercutiram positivamente na geração de empregos nesse período. A mineração de ouro e ferro ocupou lugar de destaque na geração de empregos e renda até 2013. A diminuição do preço da commodity de ferro no mercado internacional e, sobretudo, um acidente que destruiu o terminal portuário de embarque de minérios, foi determinante na paralisação da atividade.

(v) 2015 a 2018 – com o slogan *Cuidando das pessoas*, novamente Antônio Waldez Góes (PDT) voltou a governar o estado. Com o país enfrentando grave crise política, institucional e econômica, o governo estadual paralisou obras e diminuiu a abrangência de programas sociais. Há a institucionalização da Zona Franca Verde, com ampliação da atuação da SUFRAMA, o que potencializa a indução da industrialização, mas registra-se forte diminuição da atividade produtiva, com o fechamento de lojas comerciais e perda de empregos no setor privado. O agronegócio avança com a soja e ocorre a primeira concessão de exploração florestal na FLOTA, enquanto observa-se aumento dos conflitos no campo.

O resultado do processo de ocupação do Amapá, em que pesem melhorias dos indicadores sociais e econômicos, não estruturou uma base sólida e dinâmica que garanta a sustentabilidade dos setores de infraestrutura econômica e social, agropecuário e minerador. Segundo Drummond e Pereira (2007), é um caso típico de “subfronteira de investimento concentrado”, com investimento de grande escala em recursos naturais, intensivos de capital, que cumprem as seguintes etapas: (1) exploração em grande escala do recurso natural visado, (2) crescimento rápido da população, com manutenção de baixa densidade, (3) existência de uma única concentração urbana dominante, e (4) existência de grandes extensões de terra, relativamente ociosas.

É fato ainda, que a infraestrutura para além dos setores e atividades alvos de investimento intensivo, continua deficiente e focalizada na extração extensiva de outros recursos naturais. Em que pese a importância dos empreendimentos minerários para a ocupação e economia amapaense, produziu somente bens primários exportáveis, sem beneficiamento que agregasse valor local e fixasse capital, o que não propiciou a diversificação produtiva.

Como perspectiva futura, a posição estratégica do Amapá no extremo norte propicia que o Estado se articule através do comércio internacional. A localização na foz do Amazonas e a existência do porto de Santana com profundidade suficiente para atracar navios de grande calado, o potencializa para se transformar em importante área de exportação e importação da Amazônia brasileira. Na última década vem sendo estruturada uma nova rota de escoamento de grãos por portos do Arco Norte, sendo que empresas de logística estão implantando silos e terminais de escoamento de grãos no Porto de Santana.

Merecem nota duas iniciativas de cooperação internacional, voltadas para a integração regional e à economia de mercado: a primeira trata do acordo bilateral entre os governos do Brasil e França, que resultou na construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque ligando Amapá e a Guiana Francesa. O Acordo prevê o asfaltamento de rodovias, a criação de uma instituição binacional para pesquisa da biodiversidade e regras para trânsito de pessoas e comércio na fronteira, interligando física e economicamente com os países do platô das Guianas e Caribe.

A segunda iniciativa refere-se ao Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que tem o ambicioso objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura da América do Sul, especialmente nas áreas de energia, transporte e comunicações, com a finalidade de configurar eixos de integração e desenvolvimento

econômico e social, para um futuro espaço econômico ampliado (Silvia Quintanar; Rodolfo Lopez, 2003).

A configuração da realidade nos próximos anos estará à mercê de diferentes interesses locais, nacionais e transnacionais, que tanto podem promover as atividades econômicas e sociais do Estado do Amapá, como podem gerar impactos em escala ainda desconhecidos. O encaminhamento de políticas consequentes é que dará uma real dimensão sobre o futuro do desenvolvimento local.

Os efeitos dos estilos de desenvolvimento do Estado ao longo da história geraram impactos sociais, políticos, econômicos e ecológicos ainda não totalmente contabilizáveis em termos de um balanço definitivo. Contudo, no que se refere à conservação dos recursos naturais, o Amapá apresenta uma situação privilegiada, em função do pequeno nível de antropismo decorrente de seu isolamento, da baixa densidade demográfica, da concentração produtiva e da criação de áreas protegidas, no âmbito das políticas de gestão e proteção ambientais.

## **7. Gestão territorial e áreas protegidas no Amapá**

As primeiras intervenções do poder público com relação à gestão dos recursos naturais no espaço amapaense ocorreram logo após a criação do Território Federal do Amapá e foram relacionadas à exploração de manganês: as jazidas foram identificadas como Reserva Nacional pelo Decreto Lei nº 9.858/1946 (PORTO, 2005), com objetivo inicial de viabilizar a operação empresarial.

O aparato institucional estatal para administrar as questões ambientais, são instrumentos de regulamentação estruturados através de programas de apoio aos estados e municípios para fortalecer a gestão ambiental. Esse processo foi inicialmente fomentado no âmbito do Subprograma de Recursos Naturais – SPRN, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foi lançado em 1994 com o desafio de apoiar o fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente, sobretudo para fortalecer ações de comando e controle, através de zoneamento ecológico-econômico, monitoramento e fiscalização (CHAGAS, 2003). Num processo contínuo, ocorreram normatizações da legislação estadual e municipais, bem como da criação de instituições nas diferentes esferas, inclusive no judiciário e na sociedade civil, para dar conta da problemática ambiental.

Atualmente o Amapá possui em torno 70% de sua superfície ocupada 27 áreas protegidas, com nomenclaturas reconhecidas pelo Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Esses espaços são formados pelo conjunto das Unidades de Conservação (UC's) reguladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com 87.980,40 km<sup>2</sup> (61,6%); pelas cinco Terras Indígenas (TIs) já demarcadas com 11.834,98km<sup>2</sup> (8,29%); e três Terras Quilombolas (TQs) com 110,65 km<sup>2</sup> (0,08%), como mostra o Quadro 02.

**Quadro 02 – Superfície das áreas protegidas e relação % ao Estado do Amapá, por jurisdição e categoria.**

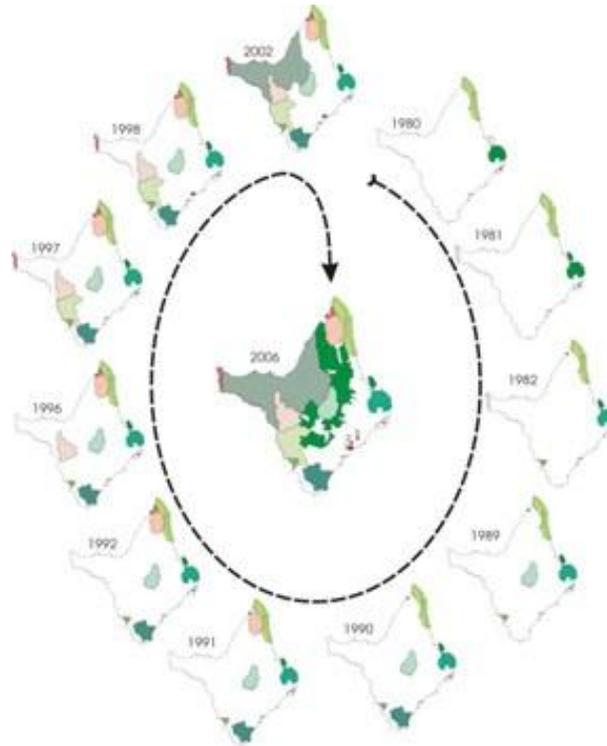
Qtd.	Jurisdição	Área ocupada (ha)	Categoria de Área Protegida			
			Proteção Integral	Uso Sustentável	Terra Indígena	Terra Quilombola
5	Federal (ICMBio)	4.725.372,42	4.725.372,42			
2	Federal (ICMBio)	913.771,00		913.771,00		
5	Federal (ICMBio) e privado (Rppn)	10.113,97		10.113,97		
1	Estadual (SEMA)	111,32	111,32			
4	Estadual (SEMA)	3.079.777,14		3.079.777,14		
1	Municipal (Prefeitura Serra do Navio)	370,26	370,26			
1	Municipal (Pedra Branca do Amapari)	68.524,20		68.524,20		
5	Federal (FUNAI)	1.183.498,31			1.183.498,31	
3	Federal (INCRA)	11.065,47				11.065,47
27	<b>Superfície total (ha)</b>	<b>9.992.604,09</b>	<b>4.725.854,00</b>	<b>4.072.186,31</b>	<b>1.183.498,31</b>	<b>11.065,47</b>
	<b>Superfície ocupada em relação ao Estado (%)</b>	<b>69,96 %</b>	<b>33,0908</b>	<b>28,5138</b>	<b>8,2870</b>	<b>0,0775</b>

Fonte: Schmidt, 2009.

De modo geral, a criação da maioria das áreas protegidas tem ocorrido com pouca ou nenhuma discussão com a sociedade amapaense, sendo determinadas com base em decisão “de cima para baixo”. Em muitos casos, o desconhecimento gera surpresa e indignação de setores da população local, como ocorreu na criação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, com mais de 3,8 milhões de hectares, que ocupa em torno de 1/3 do território estadual. A instituição da UC foi anunciada com pompa pelo governo federal na Conferência Rio+10 (2002) em Johannesburgo (África do Sul), como uma meta cumprida pelo país para a proteção das florestas tropicais. Na época, foi anunciado que o Amapá receberia compensações por sua contribuição à proteção da natureza, o que hoje não aconteceu.

A figura 02 ilustra a evolução histórica da institucionalização das áreas protegidas no Amapá, que se inicia em 1980 e se consolida em 2007. Três destas áreas se estendem ao Estado do Pará, sendo uma Terra Indígena e duas Unidades de Conservação.

**Figura 02 - Evolução da criação de áreas protegidas no Amapá.**



Fonte: Picanço, 2009.

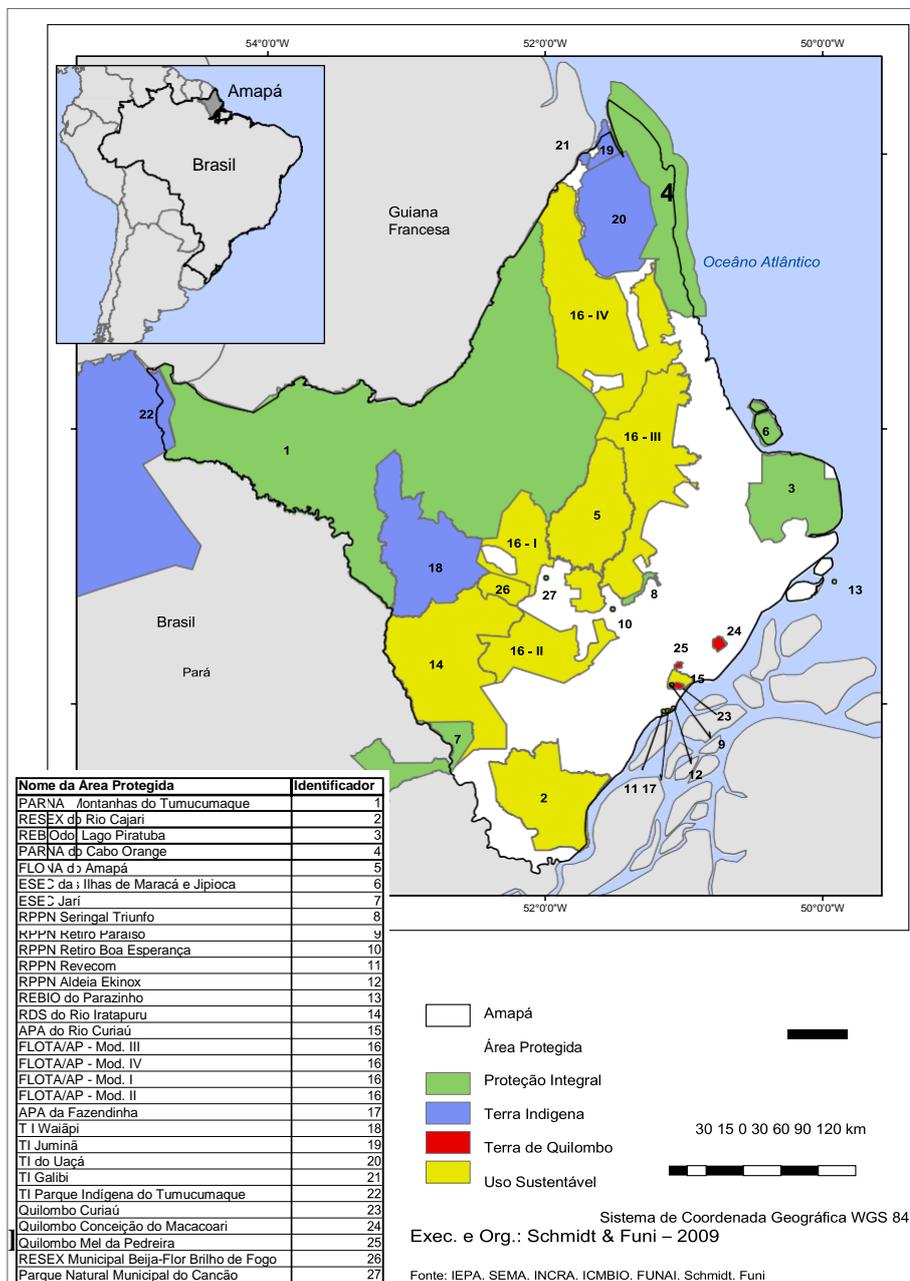
De modo geral, a maioria das áreas protegidas tem funcionado como fatores de restrição ao uso do espaço para desenvolvimento de atividades econômicas não sustentáveis. De um lado a criação de áreas protegidas retiram terras do mercado, evitando sua ocupação ou estimulando seu esvaziamento, sobretudo, nas áreas de proteção integral, impondo restrições para atrair investimentos econômicos. De outro, a destinação de área para a conservação da natureza, oportuniza a realização de pesquisas e a geração de serviços ambientais, oriundos da sociobiodiversidade, que pode gerar uma economia em bases sustentáveis, mas faltam iniciativas que efetivem esse potencial.

A Figura 03 apresenta todas as áreas protegidas do Estado do Amapá, identificando-as por categorias, permitindo uma visão geral sobre suas possibilidades e modalidades de uso.

O contexto da gestão territorial da superfície do Estado envolve vários agentes em diferentes esferas governamentais, conferindo uma complexidade de territórios institucionais

em forma de mosaico, sendo que o governo estadual instituiu o Corredor da Biodiversidade no Amapá como estratégia de conservação em uma escala espacial superior ao espaço ocupado por essas áreas. A criação do Corredor de Biodiversidade do Amapá foi anunciada publicamente pelo Governador Waldez Góes, durante o VII Congresso Mundial de Parques, em Durban, África do Sul, em setembro de 2003. A iniciativa atraiu grande interesse internacional e foi amplamente divulgada, recebendo apoio de várias instituições governamentais e de ong's atuantes na região, sobretudo, de grandes organizações ambientalistas internacionais, como Conservação Internacional e WWF.

**Figura 03 – Mapa das Áreas Protegidas do Amapá**



Fonte: Schmidt, 2009



a proposta é partilhar a gestão do espaço com os países vizinhos e grandes organizações ambientalistas internacionais, na perspectiva de garantir uma maior governança global da gestão da biodiversidade.

Processos dessa natureza têm sido vistos com desconfiança, pois podem gerar conflitos territoriais pela ingerência de agentes internacionais em assuntos internos, uma vez que o uso dos recursos não pode mais ser definido sem passar por concordância dos diferentes parceiros. Na prática, isso representa limitar a autonomia do Estado Nacional sobre a destinação e uso de parte de seu território, que estiver sob esse modelo de gestão.

Nesse caso em particular, note-se que a esmagadora maioria das áreas protegidas se encontram em território brasileiro, sem que haja uma contraparte equivalente dos países vizinhos no que concerne à destinação de espaços para a gestão compartilhada da biodiversidade e o exercício da governança supranacional.

A configuração que esse processo tomará no futuro próximo está na dependência de diferentes interesses, que tanto podem promover a gestão responsável e sustentável da biodiversidade, gerando benefícios econômicos para as populações locais, como podem gerar conflitos territoriais e impactos em grandeza desconhecida. A adoção de políticas consequentes e transparentes, é que dará uma real dimensão sobre o futuro da proteção dos recursos nesses territórios e sua compatibilização com atividades econômicas e sociais.

## **8. Considerações finais**

O processo de desenvolvimento do Amapá baseado na extração de commodities minerais, em que pese a melhoria dos indicadores sociais e econômicos, não estruturou uma base sólida e dinâmica que permitisse garantir os ganhos conquistados. De outro lado, as políticas de desenvolvimento regional e os investimentos públicos em infraestrutura produtiva e social, não foram suficientes para diversificar as atividades produtivas, nem criaram condições de vida adequada ao conjunto da população local.

O sucesso das políticas de conservação e proteção da natureza, em certa medida, pode ser constatado pela quantidade de áreas protegidas, ao passo que não há garantia de sua sustentabilidade. Isso porque faltam iniciativas produtivas efetivas que aproveitem o potencial econômico em bases sustentáveis, bem como a manutenção dessas áreas está muito mais relacionado com dificuldades de acesso, do que com efetivos instrumentos de controle e fiscalização.

Em relação ao papel das grandes ong's ambientalistas, em que pesem as desconfianças, a pouca clareza sobre seus reais objetivos e falta de controle governamental, elas têm desenvolvido um papel importante na definição de áreas e políticas de proteção ambiental, que garantem a manutenção da biodiversidade para as gerações futuras.

## 9. Referências

ALLEGRETTI, Mary. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável: Universidade de Brasília, 2002.

BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana. **Amazônia: Inserção Internacional e Soberania Nacional**. Belém: SUDAM/OEA, 2001.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BRASIL.Arpa. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://arpa.mma.gov.br/>>, Acesso em: 18.05.2018, as 9:09h.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970, 1970-1995)**. 2ª Ed. ver. ampl. Campinas, SP:UNICAMP; IE, 1998.

CHAGAS, Marco A. A. **Gestão Ambiental no Amapá**. Macapá, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília - CDS.

CONSERVATION International do Brasil – CI-Brasil. **Corredor de Biodiversidade do Amapá** (Amapá biodiversitycorridor/ConservationInternational do Brasil). São Paulo: Iphis, 2007. 54p.:il

DRUMMOND, José A.; PEREIRA, Mariângela A.P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico - 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**. Ano V, nº 10, 2002.

FILOCREÃO, Antônio S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: SEMA, 2002.

GONÇALVES, Carlos. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964–1978)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

PALMARES, Fundação. Disponível em: <[www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs](http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs)> . Acesso em: 14.05.2018, as 22:05h.

PICANÇO, José Reinaldo A. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá**. Dissertação. Natal: UFRN / CCHLA – PPGGe, 2005.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC. 2003.

QUINTANAr, Silvia; LÓPEZ, Rodolfo. O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (Iirsa): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 46. nº 01. Brasília. Jan-Jun, 2003.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.